



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

[Ver no Diário Oficial](#)

**RESOLUÇÃO Nº 19, DE 26 DE JUNHO DE 2019 DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
DOE Nº 33962, DE 19/07/2019

Altera a Resolução do CERH nº 001, de 26 de março de 2007, para criar a Câmara Técnica de Outorga e revoga dispositivo na Resolução do CERH nº 17, de 05 de dezembro de 2018.

**O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH DO PARÁ**, no uso das atribuições legais, nos termos do §2º do art. 2º F, da Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993 (Alterada pela Lei nº 7.026, de 30 de julho de 2007, pela Lei nº 8.096, de 01 de janeiro de 2015 e pela Lei nº 8.633 de 19 de junho de 2018) e no uso das competências que lhe confere o art. 44 da Lei nº 6.381, de 25 de junho de 2001 – Política Estadual de Recursos Hídricos, disciplinadas pela Resolução CERH nº 17, de 05 de dezembro de 2018 - Regimento Interno do Conselho;

CONSIDERANDO que as Câmaras Técnicas foram instituídas através da Resolução do CERH nº 01, de 26 de março de 2007;

CONSIDERANDO que a criação de Câmaras Técnicas dar-se-á mediante proposta do Presidente ou de, no mínimo, metade de seus Conselheiros, após análise de pertinência da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL, nos termos do art. 28 da Resolução do CERH nº 17, de 2018 - Regimento do Conselho;

CONSIDERANDO a manifestação de pertinência da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL na Reunião Ordinária de 21 de maio de 2019, acerca da Criação da Câmara Técnica de Outorga – CTO;

CONSIDERANDO que a outorga de direito de uso de recursos hídricos é instrumento de gestão dos recursos hídricos previsto nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, instituídas pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e pela Lei Estadual nº 6.318, de 2001, respectivamente e,

CONSIDERANDO a competência deste Conselho, prevista no art. 44, inciso VIII, da Lei nº 6.318, de 2001, no sentido de aprovar os critérios e normas relativos à outorga de direito de uso dos recursos hídricos,

**RESOLVE:**

Art. 1º O artigo 1º da Resolução do CERH nº 001, de 26 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Instituir as seguintes Câmaras Técnicas:



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

- I - Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL;
- II - Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos -CTPERH;
- III - Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos -CTCEARH e,
- IV - Câmara Técnica de Outorga - CTO.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 1º do artigo 4º da Resolução do CERH nº 17, de 05 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 26 de junho de 2019.

**José Mauro de Lima O’ de Almeida**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
**Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará**

[Ver no Diário Oficial](#)

Este texto não substitui o publicado no DOE de 19/07/2019